



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 016/2024

(Plenária Presencial)

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA**; Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; João da Luz, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Denise Souza Costa, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escolto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Francyne Rosa, **CEA**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo Comui-CMDCA/SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

30 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
31 **Comissão de Finanças;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
36 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, boa tarde, pessoal. Vamos iniciar mais
37 uma plenária, fico muito feliz de todos estarem aqui, espero que estejam bem. Vou passar
38 direto para as comissões e aí depois a gente vê o tempo que vai sobrar, literalmente, porque
39 nós temos uma reunião, a gente vai estar se deslocando. E antes disso, até já quero deixar meio
40 que dito de que entre amanhã e sexta nós vamos precisar quase certo fazer uma extraordinária,
41 tá? E aí a gente só organiza depois o horário ali, tá? Qual comissão primeiro? **Sônia Rejane**
42 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Finanças não tem pauta hoje.
43 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
44 **Caimc (Topogigio):** Políticas então.

45 **- COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

46 **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos**
47 **Direitos da Criança e do Adolescente:** O edital. **João da Luz, Fundação O Pão dos**
48 **Pobres:** Assim, conforme a pedido da PGM, eles nos encaminharam um despacho pedindo
49 para que nós fizéssemos adequações, conforme as informações que a gente já havia passado no
50 projeto. Então, a gente se reuniu, a gente fez as adequações solicitadas por eles e
51 encaminhamos para a Fernanda da ASSETEC, tá? Porque ela disse que ela já ia publicar hoje
52 mesmo, então ela pediu para que nós enviássemos antes do meio-dia. Então, isso já foi feito e
53 já comunicamos também por meio de despacho para o Luís Paulo. **Carolina Aguirre da**
54 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
55 **Presidente do CMDCA:** Tá, então, isso quer dizer que nós estamos dentro do período ainda?
56 **João da Luz, Fundação O Pão dos Pobres:** Sim, estamos. Verdade, porque o prazo da
57 inscrição vai até dia 05 de julho. Então, nós estamos com o processo em andamento. E,
58 coincidentemente, hoje é 05 de junho. Então, nós ainda temos um mês pela frente. **Carolina**
59 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
60 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. E aí deu para sanar, João, as questões em que a
61 PGM tinha trazido? **João da Luz, Fundação O Pão dos Pobres:** Sim, exatamente. **Carolina**

62 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
63 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, e vai para publicação amanhã, né? **João da Luz,**
64 **Fundação O Pão dos Pobres:** Hoje. Pedimos para hoje já. **Carolina Aguirre da Silva,**
65 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
66 **do CMDCA:** Ah, hoje. Tá, perfeito. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de**
67 **Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Nós íamos fazer
68 visitas hoje, mas não tinha carro, tá? Não conseguimos o carro. **Carolina Aguirre da Silva,**
69 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
70 **do CMDCA:** Registro, tem algum processo? Eu vi a Eduarda por aí. Paulinho também já vi.
71 Então, depois se eles tiverem a gente passa para eles. Ah, já informaram aqui que não tem.
72 Então tá, perfeito. Registro não tem nenhum processo hoje também. Então, eu queria passar,
73 na semana passada nós colocamos uma conversa, na verdade, sobre a chamada dos suplentes
74 para o Conselho Tutelar. E aí, nós tivemos uma reunião, eu tô um pouco perdida no
75 cronograma assim, se foi ontem, se foi semana passada, semana retrasada, eu tô perdida, tá?
76 **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Semana passada,
77 Presidente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
78 **Cruz – Caimc (Topogigio):** É, eu perdi a data aqui. Nós tivemos uma reunião também com a
79 Doutora Maria Augusta, CEDICA, CONANDA e tudo mais, para que eles pudessem
80 referendar a partir da recomendação do CONANDA, da possibilidade de trazer mais
81 conselheiros para este momento. E também na recomendação da Doutora Maria Augusta, ela
82 colocou ali a possibilidade de mais Conselhos Tutelares, tá? Que eles estavam colocando acho
83 que uns dois ou três Conselhos Tutelares na recomendação. E a partir de tudo isso, nós
84 fizemos então um documento, né, que foi puxado pelo Everton, pela Luciane e acho que por ti,
85 né, Paulo? Não recordo quem era a terceira pessoa. E aí ficou este texto, eu acho que ficou
86 muito bom o texto. E aí eu queria poder passar para vocês e a gente aprovar. Já mandei ali no
87 grupo, tá? Para a gente poder fazer uma leitura rapidinha, né? Então, aqui tem questões
88 considerando a questão de decreto sobre calamidade, considerando a Constituição Federal,
89 considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando que o Conselho Tutelar é
90 um órgão autônomo, tá? Tô só trazendo as questões principais. Considerando que o Conselho
91 também é sujeito à administração pública, que o Conselho tem 10 sedes em Porto Alegre,
92 considerando a Lei 628 também que coloca o Conselho Tutelar, né, que cria ali o Conselho
93 também. Considerando que é impossível atuar num quadro que se aumentou, se deflagrou

94 ainda mais a questão de vulnerabilidade. E aí tem aqui um considerando que o Conselho
95 Tutelar teve um crescimento superior à capacidade de absorção das demandas e considerando
96 que as famílias devem migrar para diferentes territórios ou que migraram, na verdade, para
97 Porto Alegre agora, né? E considerando os eventos climáticos também que ocorreram agora
98 em maio, né? Então, também toda a questão de violações de direitos em que se tem.
99 Considerando a orientação do CONANDA agora, a Resolução 231. Então, considerando que é
100 imprescindível que o Governo nas três esferas elabore um protocolo e plano de trabalho
101 visando a prevenção, adaptação e a mitigação, preparação e resposta e reconstrução, proteção
102 da criança e adolescente, tá? Então, nós estamos fazendo uma recomendação para a Prefeitura.
103 Então, a nossa recomendação é que autorize a convocação extraordinária de um conselheiro
104 tutelar por microrregião, que totalizariam 10 pessoas a mais, né? E que essa modalidade
105 extraordinária possa ter validade até 31 de dezembro de 2024, porque nós pensamos durante
106 ainda o mandato deste atual Prefeito, em que também fique a convocação no que couber,
107 regido pela 628, manter também até 31 de agosto a convocação dos suplentes, caso o
108 conselheiro titular não possa neste momento também. E aí tem algumas questões de quando
109 ele pode sair, quando que ele pode retornar, né? E também aqui determinar a criação de um
110 grupo de trabalho, com dois representantes de CMDCA, SMDS, SMED, Saúde, FASC, para
111 traçar as novas questões em relação às três sedes do Conselho Tutelar em que nós estamos
112 também sugerindo, tá? E aí essa resolução entraria em vigor assim. Não sei se vocês têm algo a
113 acrescentar. Fiz uma leitura muito por cima, né? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária**
114 **Municipal da Fazenda – SMF:** Ah, eu só tenho uma dúvida ali, é para criar mais três
115 unidades de Conselho? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
116 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. A proposta é, porque
117 de acordo com a população de Porto Alegre seria, na verdade, eu acho que até mais umas
118 quatro ou cinco unidades de Conselho Tutelar. E para isso, quer dizer, não é só criar, tem que
119 redefinir até as margens de cada micro, né? E fazer todo esse estudo novamente. E aí, por
120 exemplo, surgiu uma das questões: "Ah, mas então não se cria uma nova micro, se divide a
121 micro da Restinga", né? Por exemplo, "Ah, se divide uma outra micro tão grande". Então, são
122 situações em que dá para fazer a partir deste estudo que este grupo de trabalho pode estar
123 compondo. Paulo. **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social –**
124 **SMDS:** Presidente, essa sua observação em relação à divisão do território, o que justamente
125 motiva a convocação do Observatório de Porto Alegre para participar, para que se faça uma

126 delimitação, porque a gente não pode, por exemplo, achar que simplesmente a gente vai
127 desmembrar um território específico, muito antes pelo contrário, talvez pegamos até áreas de
128 outras microrregiões dentro da formação de um novo território de atuação da respectiva
129 microrregião a ser criada. Então, é importantíssima a presença dele. Então, ainda nesta linha
130 aqui, só esclarecendo, Sônia. Então, num primeiro momento se tenha a flexibilidade para a
131 manutenção das pessoas que são convocadas em substituição a um conselheiro tutelar titular
132 que foi afetado pela calamidade e ainda está afetado por conta disso, seja com o
133 desaparecimento da sua casa, seja por estar em abrigo, enfim, por “n” razões. Essa
134 possibilidade foi postergada agora com o decreto que foi publicado na segunda última, pro dia
135 30/06, agora por concessão do Prefeito Municipal. Então, nós já temos essa dilação pelo
136 menos até 30/06, a ideia então é estender por um prazo maior. E aí depois, ato contínuo, seria
137 o chamamento de 10 conselheiros tutelares suplentes, um de cada respectiva microrregião. E
138 nesse sentido, Presidente, que eu pedi a palavra, para dizer que ontem nós tivemos uma
139 reunião com a PGM online, chefia de gabinete, DGES, jurídico, etc., a respeito de como isso,
140 deve ser tratado no âmbito do Poder Executivo a partir das recomendações do CONANDA,
141 do CEDICA, do Ministério Público e outros tantos atores que também estão alinhados com
142 essa necessidade. Então, o que ficou definido ontem basicamente? A ideia é de convocar o
143 primeiro suplente ou respeitando a ordem de votação de cada uma das microrregiões, criar
144 uma espécie de mega Conselho Tutelar de 10 caras. E esse Conselho Tutelar de 10 caras, não
145 vai ter uma estrutura específica para isso, dotada de prédio, de telefone, de pessoas, de carro,
146 etc.. Então, eles vão ficar sendo demandados pelas diferentes microrregiões, preferencialmente
147 atuando dentro dos territórios pelos quais foram eleitos, mas não inviabilizando a possibilidade
148 dele atuar como se fosse uma força tarefa em qualquer um dos territórios, na medida que
149 tivesse um incremento de demanda, né? E porque a nossa Procuradora entende que esse tipo
150 de convocação só é possível que seja feita, porque tanto o ECA quanto a lei municipal fala de
151 um número específico de cinco conselheiros titulares por microrregião. Então, vai ter que ter
152 uma lei municipal específica e que, ela não vê dificuldade a julgar pela parceria, pela
153 flexibilidade que tem sido apresentada pela Câmara de Vereadores, de criar a lei e de tão logo
154 seja criada poder chamar essas pessoas, porque tem uma situação que é bem delicada, que é
155 uma questão meramente operacional. Talvez a Sônia possa, ato contínuo, nos ajudar nesse
156 sentido, porque cada vez que tu vais assumir uma vaga na Prefeitura, Carol, eu tenho que ter
157 designação da vaga de quem que eu vou assumir. Eu vou assumir uma vaga de tal posto no

158 lugar da Sônia. Como se eu tivesse mais competência para isso, né, Sônia? [Risos]. Mas enfim,
159 mas eu tenho que ter essa designação. E como é uma vaga nova, é uma posição nova que eu
160 não vou ter essa designação de substituição, então tem que ser criada por lei para permitir a
161 convocação desses atores aí. Mas basicamente era isso. **Luciane Escouto, Instituto**
162 **Leonardo Murialdo:** Bom, só complementando, né? Não tenho todo o conteúdo que o Paulo,
163 em relação a isso, que ele tá bem no centro do Governo. Então, isso auxilia bastante. Acho
164 que, enquanto Conselho qualificou, porque acaba dando uma dimensão do todo, né, da
165 negociação que está sendo feita pela expertise do Paulo também estar nesse grupo de trabalho.
166 Eu queria falar um pouco sobre a questão, além dos considerandos ali que estão construídos,
167 que foi muito do mérito do Paulo, né? E falar que esse grupo de trabalho é uma questão que a
168 gente tem que ver pessoas que realmente consigam ter esse know-how do que a gente precisa
169 enquanto Porto Alegre, né? Porque quando a gente fala em regiões muito grandes, por
170 exemplo, o Eixo Baltazar ou a Glória, Cruzeiro e Cristal, que são territórios que são extensos,
171 mas também tem a questão da interface entre esses territórios, né? Então, a questão de
172 simplesmente a gente dividir micros, ela tem um estudo através do Observatório e através das
173 pessoas que participam da rede que somos nós conselheiros e todas as instituições de Porto
174 Alegre, para que a gente consiga mensurar isso de uma forma que não dê um impacto dentro
175 dos territórios também, né? E que continue essa interlocução entre as micros sendo feita de
176 uma maneira que não se perca muito a execução entre os territórios. É só isso que eu queria
177 destacar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
178 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que é muito bem colocado,
179 Luciane, porque a gente tem que ter um conhecimento de território, de política, do todo
180 realmente, porque a gente vai ter que pensar bem nessas pessoas também. Paulo. **Paulo**
181 **Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Presidente, só que
182 agora, a partir da leitura eu estava vendo que cometemos uma gafe aqui na indicação desse
183 GT, que eu acredito que seja importantíssimo a participação, até na linha do que fala a Luciane
184 aí, é a participação da coordenação do CT também nesse processo, né? E não tá aqui.
185 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
186 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Verdade. Meu Deus! Não, mas vamos
187 acrescentá-lo ali então também. Imagina, não tem como trabalhar sem eles também, né, gente?
188 Então, tá. Alguma questão mais ali, gente? Podemos colocar em votação? Então, quem é
189 favorável, por favor, à resolução, por favor, levantar a mão. Ok, podem baixar. Alguém

190 contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Paulo, depois tu
191 pode corrigir o texto e me mandar? Tá, obrigada. Uma outra questão, na próxima quarta-feira,
192 estamos com o nosso seminário em que nós começamos a trabalhar lá em fevereiro sobre ele,
193 com a Sandra Schmidt, sobre a 3019, tá? A ideia da metodologia é a gente, na verdade... O
194 que aconteceu? Por que surgiu o interesse da gente poder fazer este encontro com a Sandra?
195 Porque no ano passado, no finalzinho, acho que do ano passado, a Priscila Balestrin e o Frei
196 Luciano participaram de um encontro oferecido pela SMDS para os conselheiros e para a
197 SMDS, de uma forma geral sobre essa formação que era com a Sandra. A partir disso,
198 acredito, que houve algumas interpretações de formas diferenciadas, surgindo também dentro
199 da secretaria e surgindo também até mesmo dentro da PGM, tá? E aí, nós enquanto Conselho
200 precisamos ouvir e ver se é isso que a gente compreende também da 3019, né? Porque a
201 resolução, a lei, na verdade, não é uma resolução, a lei, ela não pode ser interpretativa para um
202 lado e não ser interpretativa para o outro. Então, a gente precisa ver e ouvir o que eles estão
203 trazendo e fazer lógico os contrapontos em que a gente vai estar trazendo no dia. O Mincarone
204 trouxe ali no grupo, acha que seria interessante ter, esqueci o nome da pessoa. Ah, aquele que
205 ajudou a criar também a 3019, o Mauri Cruz. Também falou em trazer a própria Patrícia
206 também, né? Eu acho que não é problema a gente pensar em trazer essas demais pessoas, mas
207 penso ainda em que se a gente tiver muitas discussões fora das nossas, vamos dizer assim, a
208 gente pode estar perdendo na sequência da construção. E, digamos, o Mauri Cruz e a Sandra
209 vão discutir aqui os conceitos, isso e aquilo, a resolução, portaria, pá, pá, pá, pá... E a gente
210 vai ficar na plateia, né? E eu acho que não é interessante a gente ficar na plateia, é interessante
211 a gente participar. Então, a gente pode ter um momento com a Sandra, a gente pode ter um
212 momento com o Mauri Cruz e a gente pode ter um momento com a Patrícia. E aí depois a
213 gente senta e faz a ideia do Conselho, né? Porque nós já vamos ter daí todas essas construções
214 e não somente de um lado, somente de um outro lado. Não sei, eu queria trazer para vocês
215 isso e também para a gente poder pensar junto. E também a questão de se a gente consegue os
216 espaços que eu estava falando com a Rose ali, para a gente ver um espaço ali na PUC, para a
217 gente poder confirmar para a semana que vem. Depois eu vou colocar também ali no grupo
218 quem é que vai realmente participar, porque é um seminário pago, então a gente precisa ter as
219 pessoas lá participando, tá? Queria ouvir um pouquinho vocês. O que vocês acham dessa
220 metodologia? Luciane. **Luciane Escoto, Instituto Leonardo Murialdo:** Bom, eu penso que
221 a metodologia tá bem construída, né? Eu acho que o importante é a gente manter a questão da

222 interlocução também entre os Conselhos, né? Estar com o Conselho de Assistência junto,
223 Conselho do Idoso, né? Esses Conselhos que trabalham mais com a questão dos fundos, para
224 que a gente tenha uma clareza de proposta e em relação aos fundos. Só isso. **Carolina**
225 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
226 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E quanto ao COMUI, a gente a partir do
227 levantamento de quantas vagas nós vamos usar, a gente vai oferecer algumas vagas para eles.
228 E ao CMAS, não sei certamente se eles trabalham pela 3019 dentro do fundo. **Sônia Rejane**
229 **dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas daí é a FASC, né? Daí
230 são os termos de fomento. O CMAS não trabalha, ele só delibera, é diferente de nós,
231 entendeu? Eles não firmam, não fazem, a FASC é a gestora do recurso, daí ele faz os projetos,
232 o CMAS aprova e daí a FASC que parceriza. É diferente o fluxo dentro do COMUI e dentro
233 do CMDCA, entendeu? Tem todo o regramento, enfim, né? Mas ele opera diferente. **Luciane**
234 **Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Por que eu destaco o CMAS, tá? Nem tem que
235 contestar depois dessa fala da Sônia, né? A Sônia tem conhecimento, tem acúmulo, mas é que
236 como a questão dos termos de parceria, FASC, SMED, todos os outros termos de fomento,
237 colaboração, eles são feitos a partir da PGM e muitas das instituições que estão no CMAS não
238 participam tão ativamente dentro do fórum, né? Porque tem outro viés também, algumas da
239 assistência, né? Então, por isso que eu acho importante até pela questão de emendas
240 parlamentares também, né, Sônia? Que muitas vezes, projetos, algumas coisas acabam,
241 parando lá na questão do CMAS, a gente não consegue aprovações, coisas desse tipo, em
242 função do não entendimento se a gente não tiver essa conversa ampla entre os Conselhos. É
243 nesse sentido que eu acho que é importante o Conselho de Assistência. **Carolina Aguirre da**
244 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
245 **Presidente do CMDCA:** Uhum. É, só que eu fico pensando que quanto COMUI até sim,
246 vamos dizer, seria mais próximo. Dá para participar, não é o problema, mas eu acho que a
247 gente poderia estar confundindo um pouco mais eles. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
248 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que até assim, Luciane, até a própria
249 composição do CMAS, ela é diferenciada, porque tem o representante dos usuários, tem o
250 representante, então ele é diferente. E a questão das emendas, quando elas são impositivas, que
251 são as emendas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, as emendas impositivas já têm
252 destinação própria. Daí o vereador destina: Olha, eu quero destinar para a OSC A, para a OSC
253 B, para a OSC C, para comprar isso, para comprar aquilo. Então, à FASC só cabe dizer assim:

254 "Olha, ok ou não", sabe? Sim ou não, porque vem antes uma pré-análise que a gente já diz:
255 "Olha, essa não pertence à FASC, pertence à educação ou pertence à outra secretaria", sabe?
256 A gente já exclui e aí só fica o que realmente a FASC vai executar, que é a compra, geralmente
257 é uma compra de algum equipamento, né? E quando é uma emenda federal, da mesma forma,
258 ela já vem, a emenda federal vem, daí ela tramita por outro sistema e daí também só cabe ao
259 CMAS dizer assim: "Ó, o CMAS concorda com a emenda". É isso que eu quero dizer, é um
260 rito diferente dos Conselhos. No COMUI, aí a pergunta que eu te fiz antes ali, Carol, é assim,
261 temos essa conselheira, que tá comigo ali no COMUI, mas para ela justificar o uso da sala o
262 COMUI teria que estar junto, entendeu? Porque ela pertence ao COMUI. Então, era só nessa
263 linha, mas se também tu vai conseguir por outra via também tá tranquilo. **Priscila Balestrin,**
264 **Parceiros Voluntários:** Não, eu só ia destacar que era importante a gente ver a relação dessa
265 questão da 13.019 com os ritos que a gente tem de liberação específica do fundo, porque o
266 fundo da criança pela legislação tem regras diferentes, né? Então, a gente precisa focar nisso.
267 Acho que daí para não confundir, como as gurias disseram, pode ser que confunda por esses
268 ritos diferentes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**
269 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, mas isso também não quer
270 dizer que a gente não possa abrir algumas vagas e eles verem também se eles se interessam em
271 vir, né? Porque a partir do que a gente vai ter agora de inscrição de vocês também, né? Porque
272 eu vou lançar ali para a gente poder ter certinho, porque vai ser feito um pagamento único.
273 Então, a gente precisa também preencher essas vagas ali, tá? Iris, tu pode ver para mim este
274 processo, desta formação e me confirmar a quantidade de pessoas que são depois? Me passa
275 ali, por favor, no Whats. Tá? Uma outra questão que eu queria, Iris, depois eu te passo aí o
276 número do processo, tá? Mas o que se refere à cooperação dos carros para o Conselho
277 Tutelar, está parado desde o dia 23 de maio. E é uma questão rápida, a gente precisa enquanto
278 secretaria que seja um pagamento rápido, um processo rápido e tudo que aconteça o mais
279 rápido possível, se não a gente não vai conseguir efetivar nada de mudança e de melhoras, né?
280 Tá? Vou te passar ali agora já no teu Whats ali, Iris. Tá? Mais alguma coisa, pessoal? Então,
281 gente, muito obrigada, tá? Deus queira que vai dar tudo certo e a gente vai liberar esses
282 recursos de uma vez, tá? Beijos, muito obrigada.

283 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
284 Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
285 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.